

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA  
CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO**

**Ata n.º 1**

Aos 5 dias do mês de janeiro de 2022, o Júri do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira geral de Assistente Técnico, na Direção de Serviços de Condições de Trabalho da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), reuniu por via eletrónica, através da plataforma digital *Microsoft Teams*, estando presentes todos os membros que o compõem, conforme despacho da Sr.ª Diretora-Geral, de 16 de dezembro de 2021, para discussão dos trabalhos constantes da ordem de trabalhos abaixo enunciada.

**Ordem de trabalhos:**

1. **Adoção da metodologia de trabalho;**
2. **Aprovação dos métodos de seleção e das grelhas a utilizar no procedimento concursal comum;**
3. **Outros assuntos.**

**Ponto 1 – Adoção da metodologia de trabalho**

O Júri deliberou no sentido de que o procedimento concursal comum em causa é composto pelas seguintes etapas:

- 1.1. Verificação do cumprimento dos requisitos de admissão, nos termos do disposto nos pontos 11.1., 12. e 14. da oferta que será publicitada na Bolsa de Emprego Público, conforme minuta que constitui o **Anexo I** da presente ata;
- 1.2. Elaboração do projeto de lista de candidatos admitidos e propostos para exclusão;
- 1.3. Notificação dos candidatos admitidos e dos propostos para exclusão;
- 1.4. Realização da audiência prévia dos interessados;
- 1.5. Elaboração da lista de candidatos admitidos e excluídos;
- 1.6. Realização da “avaliação curricular” prevista nos pontos 15.1.5 a 15.1.9 do Anexo I, de acordo com a grelha de avaliação curricular, que constitui o **Anexo II** da presente ata;
- 1.7. Elaboração da lista de classificação do método de seleção intercalar “avaliação curricular”;
- 1.8. Elaboração da prova de conhecimentos prevista nos pontos 15.1.1 a 15.1.4 do Anexo I;
- 1.9. Convocatória para a realização da “prova de conhecimentos” aos candidatos admitidos;
- 1.10. Elaboração da lista de classificação do método de seleção intercalar “prova de conhecimentos”;
- 1.11. Convocatória para a realização da “entrevista profissional de seleção” aos candidatos admitidos na “avaliação curricular” e na “prova de conhecimentos”;
- 1.12. Realização das entrevistas profissionais de seleção e preenchimento da respetiva grelha, que constitui o **Anexo III** da presente ata;
- 1.13. Elaboração da lista de classificação do método de seleção intercalar “entrevista profissional de seleção”;
- 1.14. Elaboração do projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados;
- 1.15. Notificação dos candidatos aprovados;

- 1.16. Realização da audiência prévia dos interessados;
- 1.17. Elaboração da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados;
- 1.18. Envio à Sr.ª Diretora-Geral da DGERT da lista atrás referida para homologação.

## Ponto 2 – Aprovação dos métodos de seleção e das grelhas a utilizar no procedimento concursal comum

Nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 5.º e 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro (adiante designada por Portaria), é adotado para o presente procedimento concursal um método de seleção obrigatório e um método de seleção facultativo.

No que respeita ao método de seleção obrigatório, é adotada a “prova de conhecimentos”, para a generalidade dos candidatos, ou a “avaliação curricular”, caso o candidato esteja a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa.

Os temas a abordar na “prova de conhecimentos” serão selecionados pelo júri, tendo por referência a bibliografia indicada no ponto 15.1.2 do **Anexo I**.

A “avaliação curricular” dos candidatos será efetuada com o preenchimento da grelha de avaliação curricular, numa escala de 0 a 20 valores, e que constitui o **Anexo II** da presente ata.

Relativamente ao método de seleção facultativo, será adotada a “entrevista profissional de seleção”, que visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

Para cada candidato admitido à entrevista profissional de seleção, será efetuado o preenchimento da respetiva grelha, numa escala de 0 a 20 valores, e que constitui o **Anexo III** da presente ata.

A valoração dos métodos anteriormente referidos será convertida numa escala de 0 a 20 valores considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas:

$$CF = 0,70 PC + 0,30 EPS$$

$$CF = 0,70 AC + 0,30 EPS$$

em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

AC = Avaliação Curricular

Os candidatos que obtenham classificação igual ou superior a 9,5 valores na “prova de conhecimentos” ou na “avaliação curricular” serão convocados para a realização da “entrevista profissional de seleção”, por notificação, através de uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria, preferencialmente o correio eletrónico com recibo de entrega da notificação. A notificação indicará o dia, hora e local da realização da referida entrevista.

Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria, preferencialmente o correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, para realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada na página eletrónica da DGERT.

A ata do Júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, será publicitada no sítio da Internet da DGERT.

A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será afixada em local público e visível das instalações da DGERT e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República* com informação sobre a sua publicitação.

### **Ponto 3 – Outros assuntos**

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, após lida pelos membros presentes, a ratificam e assinam.

A Presidente do Júri



Susana Isabel Ramos Moura Romero e Sousa

A 1.ª Vogal



Neusa Rossana Tavares dos Santos Brandão Magalhães Van-Dúnem

A 2.ª Vogal



Marina Maria Sarmento Vinhas

## **ANEXO 1**

✓  
✓  
AK

### **Caracterização da Oferta**

Código da Oferta:

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Assistente Técnico

Categoria: Assistente Técnico

Grau de Complexidade: 2

Remuneração: € 703,13

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

### **Caracterização do Posto de Trabalho**

Para além das funções descritas no conteúdo funcional da carreira/categoria, a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, cabe ao Assistente Técnico desempenhar as seguintes atividades:

- Atendimento telefónico e presencial e informação ao público;
- Registo e tratamento do expediente;
- Organização de dossiês e do arquivo de documentação;
- Funções de apoio administrativo direto à direção e à equipa técnica.

### **Requisitos de Admissão**

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

Habilitação Literária: 12.º ano (ensino secundário)

### **Local de Trabalho**

Local de Trabalho: Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

N.º Postos: 1

Morada: Praça de Londres, n.º 2 – 9.º

Código Postal: 1049-056 Lisboa

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

### **Outros Requisitos**

- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
- Boa capacidade de comunicação oral e escrita;
- Organização e método de trabalho;

- Facilidade de relacionamento interpessoal;
- Iniciativa e autonomia;
- Sentido de responsabilidade e compromisso com o Serviço.

12  
8  
M

#### **Formalização das Candidaturas**

Envio de Candidaturas para: <https://www.dgert.gov.pt/procedimentos-concursais-comuns>

Contacto: [dag.dgert@dgert.mtsss.pt](mailto:dag.dgert@dgert.mtsss.pt)

Data Publicitação:

Data Limite: 10 dias úteis

#### **Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social**

Aviso (extrato) n.º xxxxx/2021, publicado no DR, 2.ª série, n.º xxx, de xx de dezembro de 2021

#### **Texto publicado em Jornal Oficial**

#### **Observações Gerais**

1. Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro (adiante designada por Portaria), torno público que, por meu despacho de 16 de dezembro de 2021, se encontra aberto pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação da presente oferta, o procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado na carreira e categoria de Assistente Técnico do mapa de pessoal da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (adiante designada por DGERT), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
2. Para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de valorização profissional (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público), que expressamente declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação ou reserva de recrutamento, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.
3. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar qualquer forma de discriminação.
4. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria, o presente procedimento concursal comum será publicitado na 2.ª série do *Diário da República*, por extrato, na Bolsa de Emprego Público, através do preenchimento de formulário próprio e na página eletrónica da DGERT ([www.dgert.gov.pt](http://www.dgert.gov.pt)), por extrato disponível para consulta.
5. Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro; Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro; Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; Leis do Orçamento do Estado.

- 12  
13  
14
6. O presente procedimento concursal destina-se à ocupação de 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado do mapa de pessoal da DGERT, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Assistente Técnico, para a Direção de Serviços de Condições de Trabalho. Nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 30.º da Portaria, será constituída uma reserva de recrutamento interna, a utilizar no prazo máximo de 18 meses contados da homologação da lista de ordenação final, quando o número de candidatos aprovados for superior ao dos postos de trabalho a ocupar.
  7. Local de trabalho: O local de trabalho situa-se nas instalações da DGERT, sitas na Praça de Londres, n.º 2 – 8.º, 1049-056 Lisboa.
  8. Caracterização do posto de trabalho: Para além das funções descritas no conteúdo funcional da carreira/categoria, a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, cabe ao Assistente Técnico desempenhar as seguintes atividades:
    - a) Atendimento telefónico e presencial e informação ao público;
    - b) Registo e tratamento do expediente;
    - c) Organização de dossiês e do arquivo de documentação;
    - d) Funções de apoio administrativo direto à direção e à equipa técnica.
  9. Âmbito de recrutamento: O recrutamento é circunscrito a trabalhadores com vínculo de emprego público previamente estabelecido, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP.
  10. Nos termos da alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da DGERT idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento concursal.
  11. Requisitos de admissão ao procedimento concursal:
    - 11.1 Podem ser admitidos os candidatos que, até ao último dia do prazo de candidatura satisfaçam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
      - a) Reunir os requisitos gerais necessários para o exercício de funções públicas, enunciados no artigo 17.º da LTFP, que consistem em:
        - i. Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
        - ii. 18 anos de idade completos;
        - iii. Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
        - iv. Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
        - v. Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
      - b) Terem já constituída uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.
    - 11.2 Constituem condições preferenciais de avaliação dos/as candidatos/as:
      - a) Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
      - b) Boa capacidade de comunicação oral e escrita;
      - c) Organização e método de trabalho;
      - d) Facilidade de relacionamento interpessoal;
      - e) Iniciativa e autonomia;
      - f) Sentido de responsabilidade e compromisso com o Serviço.
  12. Habilitações literárias: 12.º ano de escolaridade ou habilitação equivalente. Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.
  13. Posicionamento remuneratório: 1.ª posição remuneratória, nível 5 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, e atualizada nos termos do Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março, no valor de € 703,13, não havendo lugar a negociação de posicionamento remuneratório ou, no caso de já ser detentor da carreira/categoria de Assistente Técnico, remuneração equivalente à auferida no posto de trabalho de origem.

12  
81  
12

#### 14. Formalização das candidaturas:

14.1 Sob pena de exclusão, as candidaturas deverão ser apresentadas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação da presente oferta, mediante preenchimento de formulário eletrónico, de utilização obrigatória, disponível na página eletrónica da DGERT, em <https://www.dgert.gov.pt/procedimentos-concursais-comuns>.

14.2 As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos digitalizados, a submeter na plataforma eletrónica de candidaturas:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) *Curriculum Vitae* detalhado, atualizado, datado e assinado, no qual conste, para além de outros elementos julgados necessários, a residência, telefone para eventual contacto, endereço eletrónico, as habilitações literárias, bem como as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, em particular aquela relacionada com o conteúdo funcional do posto de trabalho, indicando as entidades promotoras, as datas de realização e a respetiva duração;
- c) Declaração devidamente autenticada e atualizada à data do presente Aviso, emitida pelo órgão ou serviço de origem, da qual conste inequivocamente:
  - i. A identificação da carreira e da categoria de que é titular;
  - ii. A modalidade de vínculo jurídico de emprego público previamente estabelecida;
  - iii. A posição e nível remuneratório em que se encontra posicionado/a, com indicação do respetivo valor;
  - iv. A antiguidade na categoria, na carreira e na Administração Pública;
  - v. A caracterização detalhada das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo/a trabalhador/a ou, estando o/a trabalhador/a em situação de requalificação, ao que por último ocupou;
  - vi. A avaliação de desempenho relativa ao último período avaliativo, com referência aos valores quantitativos e qualitativos ou, sendo o caso, a indicação dos motivos de não avaliação, nos termos e para efeitos de aplicação do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Portaria.

15. Métodos de seleção: Nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com os artigos 5.º e 6.º da Portaria, é adotado para o presente procedimento concursal um método de seleção obrigatório e um método de seleção facultativo.

##### 15.1 Método de seleção obrigatório:

15.1.1 Prova de Conhecimentos (PC), visando avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa, e será aplicada aos/às candidatos/as que:

- a) Não sejam titulares da carreira/categoria de Assistente Técnico;
- b) Sejam titulares da categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar;
- c) Sejam titulares daquela categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas que tenham, expressamente, afastado a avaliação curricular no formulário de candidatura.

15.1.2 A Prova de Conhecimentos revestirá a forma escrita, sendo efetuada em suporte de papel, de preenchimento individual, com consulta e duração máxima de 90 minutos e uma tolerância de 15 minutos, versando sobre as seguintes temáticas:

- a) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;
- b) Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro, na sua redação atual, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social;
- c) Decreto Regulamentar n.º 40/2012, de 12 de abril, que aprova a orgânica da DGERT;
- d) Portaria n.º 633/2007, de 30 de maio, que estabelece a estrutura nuclear da DGERT e as competências das respetivas unidades orgânicas.

12  
57  
AA

- 15.1.3 Na realização da prova não é autorizada a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado.
- 15.1.4 A prova tem carácter eliminatório, sendo adotada uma escala de valoração de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas.
- 15.1.5 A Avaliação Curricular (AC) visa analisar a qualificação dos/as candidatos/as, designadamente as habilitações, sobretudo profissionais, o percurso profissional, a relevância da experiência adquirida e da formação realizada, o tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Será aplicada aos/às candidatos/as integrados/as na carreira de Assistente Técnico que se encontrem a cumprir ou a executar atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho para cuja ocupação foi aberto o procedimento.
- 15.1.6 A Avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples dos elementos a avaliar.
- 15.1.7 Na Avaliação Curricular serão analisados os seguintes fatores:
- a) Habilitações Literárias: será ponderada a habilitação detida pelo/a candidato/a, da seguinte forma: Habilitação de nível superior - 2 pontos; 12.º ano de escolaridade ou habilitação equivalente - 1,5 pontos;
  - b) Formação Profissional: apenas se considerará a formação profissional respeitante às áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao posto de trabalho a preencher, que se encontre devidamente comprovada, a qual será contabilizada da seguinte forma: mais de 50 horas de formação - 5 pontos; entre 25 e 50 horas de formação - 3 pontos; menos de 25 horas de formação - 1 ponto; sem horas de formação - 0 pontos;
  - c) Experiência Profissional: será tido em conta o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e a atividade caracterizadora do posto de trabalho a preencher, dependendo do maior ou menor contacto orgânico-funcional com as referidas áreas e que se encontrem devidamente comprovadas, sendo contabilizadas da seguinte forma:
    - i. Experiência Profissional Geral: mais de 6 anos - 5 pontos; entre 4 e 6 anos - 3 pontos; menos de 4 anos - 1 ponto; sem experiência na área de atuação - 0 pontos.
    - ii. Experiência Profissional Específica: será contabilizada uma pontuação, cumulativa, relativamente aos seguintes aspetos: Atendimento telefónico e presencial e prestação de informação ao público - 1 ponto; Registo e tratamento do expediente e arquivo de documentação - 1 ponto; Funções de apoio administrativo - 1 ponto;
  - d) Avaliação de Desempenho: será ponderada a avaliação relativa ao último período em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, ou caso a mesma não tenha sido concluída, a última avaliação atribuída nos termos da legislação do SIADAP, da seguinte forma: classificação 5 - 5 pontos; classificação entre 4 e 4,999 - 4 pontos; classificação entre 2 e 3,999 - 3 pontos; ausência não imputável ao candidato - 2,5 pontos; entre 1 e 1,999 - 2 pontos; ausência imputável ao candidato - 0 pontos.
- 15.1.8 Para efeitos de classificação da Avaliação do Desempenho, esclarece-se que apenas será considerada a Avaliação do Desempenho devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente a avaliação final, mediante a respetiva menção quantitativa.
- 15.1.9 Caso o/a candidato/a não possua, por razões que não lhe sejam imputáveis, avaliação do desempenho relativa ao período a considerar, o Júri deve definir o valor positivo a ser considerado, que será 2,5 pontos, nos termos da alínea c) do artigo 8.º da Portaria.
- 15.2 Método de seleção facultativo:
- 15.2.1 A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) visa avaliar, de forma objetiva e sistematizada, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

15.2.2 A Entrevista Profissional de Seleção é pública e tem caráter eliminatório, sendo avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, obtendo-se o resultado final através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.

15.2.3 Duração aproximada da Entrevista Profissional de Seleção: entre 20 a 30 minutos.

15.2.4 Os parâmetros a avaliar serão os seguintes:

- a) Nível de conhecimentos e experiência profissional que detém da área de atuação;
- b) Capacidade de análise e sentido crítico;
- c) Gestão por objetivos e orientação para os resultados;
- d) Relacionamento interpessoal;
- e) Motivação para o exercício da função.

16.A valoração dos métodos anteriormente referidos será convertida numa escala de 0 a 20 valores considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais:

$$CF = 0,70 PC + 0,30 EPS$$

$$CF = 0,70 AC + 0,30 EPS$$

em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

AC = Avaliação Curricular

17.Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que compoem, é eliminatório pela ordem enunciada na lei, quanto aos obrigatórios e pela ordem constante na publicitação, quanto aos facultativos, considerando-se excluído/a do procedimento o/a candidato/a que não compareça à realização de um método de seleção ou que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método de seleção seguinte, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria.

18.Os/As candidatas/as que obtenham classificação igual ou superior a 9,5 valores na prova de conhecimentos ou na avaliação curricular serão convocados/as para a realização da entrevista profissional de seleção, por notificação, através de uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria, preferencialmente o correio eletrónico com recibo de entrega da notificação. A notificação indicará o dia, hora e local da realização da referida EPS.

19.Os/As candidatas/as excluídos/as serão notificados/as por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria, preferencialmente o correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, para realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

20.A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada na página eletrónica da DGERT.

21.Júri do procedimento concursal:

21.1 Compete ao Júri:

- a) Dirigir todas as fases do procedimento concursal;
- b) Selecionar os temas a abordar nas provas de conhecimentos;
- c) Fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção;
- d) Admitir e excluir candidatas do procedimento, fundamentando por escrito as respetivas deliberações;
- e) Pedir aos candidatas, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12  
87  
11

#### 21.2 Composição do Júri:

Presidente – Dr.ª Susana Isabel Ramos Moura Romero e Sousa – Diretora de Serviços de Condições de Trabalho

Vogais efetivos:

1.ª Vogal – Dr.ª Neusa Rossana Tavares dos Santos Brandão Magalhães Van-Dúnem – Chefe da Divisão para os Assuntos da Organização Internacional do Trabalho, que substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos

2.ª Vogal – Dr.ª Marina Maria Sarmiento Vinhas – Técnica Superior da Divisão para os Assuntos da Organização Internacional do Trabalho

Vogais suplentes:

1.ª Vogal – Dr.ª Florbela de Jesus Santos Vaz – Técnica Superior da Divisão de Apoio à Gestão

2.ª Vogal – Dr. Carlos Manuel Dias Ferreira de Brito – Técnico Superior da Divisão de Apoio à Gestão

22. As atas do Júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão publicitadas no sítio da Internet da DGERT.

23. A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será afixada em local público e visível das instalações da DGERT e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

## **ANEXO 2**

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE TÉCNICO

**GRELHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

OFERTA BEP N.º

UNIDADE ORGÂNICA A QUE SE CANDIDATA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO/A

N.º CANDIDATO/A

NOME

PARÂMETROS		CLASSIFICAÇÃO		
		Pontos Individuais	Pontuação Total	
<b>HABILITAÇÕES LITERÁRIAS (HL)</b>	Habilitação de nível superior	2		
	12.º ano de escolaridade ou habilitação equivalente	1,5		
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL (FP)</b> Será considerada somente a formação respeitante às áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, que se encontrem devidamente comprovadas	> 50 horas de formação	5		
	Entre 25 e 50 horas de formação	3		
	< 25 horas de formação	1		
	Sem horas de formação	0		
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)</b> Reporta-se ao desempenho efetivo de funções na área de atuação inerente ao posto de trabalho a ocupar e que se encontrem devidamente comprovadas	<b>EP Geral</b>	> 6 anos	5	
		Entre 4 e 6 anos	3	
		< 4 anos	1	
		Sem experiência na área de atuação	0	
	<b>EP Específica (pontuação cumulativa)</b>	Atendimento telefónico e presencial e prestação de informação ao público	1	
		Registo e tratamento do expediente e arquivo de documentação	1	
		Funções de apoio administrativo	1	
<b>AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (AD)</b> Avaliação relativa ao último período em que o/a candidato/a cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar	= 5	5		
	Entre 4 e 4,999	4		
	Entre 2 e 3,999	3		
	Ausência não imputável ao candidato	2,5		
	Entre 1 e 1,999	2		
	Ausência imputável ao candidato	0		
		<b>Total</b>	<b>0</b>	

## **ANEXO 3**

*M. S. J.*

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE TÉCNICO

**GRELHA DA ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

OFERTA BEP N.º

UNIDADE ORGÂNICA A QUE SE CANDIDATA

IDENTIFICAÇÃO DO/A CANDIDATO/A

N.º CANDIDATO/A

NOME

COMPETÊNCIA	PARÂMETROS	CLASSIFICAÇÃO				
		Notas Individuais	Presença	1.ª Prova	2.ª Prova	Ponderação Global
<b>Nível de conhecimentos e experiência profissional que detém da área de atuação</b> Conhecimentos especializados, representação e colaboração institucional, qualidade da experiência profissional e adequação ao exercício da função	Elevado	20				0,00
	Bom	16				
	Suficiente	12				
	Reduzido	8				
	Insuficiente	4				
<b>Capacidade de análise e sentido crítico</b> Avaliação objetiva e crítica do seu percurso académico/profissional, identificando pontos fortes e fracos e experiências relevantes	Elevado	20				0,00
	Bom	16				
	Suficiente	12				
	Reduzido	8				
	Insuficiente	4				
<b>Gestão por objetivos e orientação para os resultados</b> Focalização na concretização dos objetivos dentro de prazos realistas, implementação de ajustamentos e optimização de recursos	Elevado	20				0,00
	Bom	16				
	Suficiente	12				
	Reduzido	8				
	Insuficiente	4				
<b>Relacionamento Interpessoal</b> Facilidade relacional e estilo comunicacional, fluência verbal, adequação do vocabulário e coerência do discurso	Elevado	20				0,00
	Bom	16				
	Suficiente	12				
	Reduzido	8				
	Insuficiente	4				
<b>Motivação para o exercício da função</b> Grau de vontade e interesse no âmbito da função a exercer e identificação com os princípios e valores da DGERT	Elevado	20				0,00
	Bom	16				
	Suficiente	12				
	Reduzido	8				
	Insuficiente	4				
					<b>0,00</b>	